

**EDITAL CONCURSO PÚBLICO Nº 011/2022**

**RESPOSTAS AOS RECURSOS DA  
PROVA ESCRITA (OBJETIVA) DO  
CONCURSO PÚBLICO DO SAMA E  
– SERVIÇO AUTÔNOMO  
MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO  
DO MUNICÍPIO DE ABATIÁ – PR,  
DO EDITAL DE ABERTURA  
DO CONCURSO PÚBLICO  
(EDITAL 001/2022).**

O SAMA E – SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO de Abatia – Estado do Paraná, inscrito no CNPJ sob o nº 80.505.431/0001-49, por sua diretora Sra. Karina Castilho Okada, no uso de suas atribuições legais, considerando o Edital de Abertura do Concurso Público nº 001/2022 de 05/07/2022, o Edital 010/2022.

**TORNA PÚBLICO** A divulgação das respostas aos recursos da Prova Escrita (objetiva), para os candidatos com inscrição homologada publicada no Edital 006/202, conforme Anexo deste Edital.

Art. 1º - As respostas aos recursos interpostos pelos candidatos contra o Gabarito Provisório das questões da Prova Objetiva, para os candidatos conforme Anexo deste Edital.

Art. 2º - Os pontos relativos às questões anuladas serão atribuídos a todos os candidatos do respectivo cargo.

Art. 3º - O Gabarito Definitivo da prova Objetiva para todos os cargos será publicado no dia 08/09/2022.

Publica-se e cumpre-se

Abatiá, 08 de setembro de 2022

KARINA CASTILHO OKADA  
Diretora do Samae



**SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO**  
C.N.P.J. N.º 80.505.431/0001-49 FONE/FAX (43) 3556-1400  
Rua XV de Novembro n.º 477 CEP – 86460-000 C. P. n.º 15  
ABATIÁ - PARANÁ e-mail: [samaeabt@uol.com.br](mailto:samaeabt@uol.com.br)

## **ANEXO 1 – RESPOSTAS AOS RECURSOS**

**Recursos contra o gabarito provisório**

**Matéria: Inf. Sup.**

**Número da questão: 14**

Inscrição: **218780** Data do Envio: **01/09/22 13:26**

Questão com alternativa incorreta, visto que Maria está marcada como cópia oculta portanto a mesma não poderia saber que a mensagem foi destinada a Edgar e Ana somente ela conseguiria ver quem mandou a mensagem. Portanto resposta do gabarito que foi alternativa D está errada. Resposta correta C.

**Resposta aos Recursos**

Esta questão pede que se assinale a alternativa INCORRETA.

Tipos de destinatário:

Para: Ao enviar um e-mail para mais de um destinatário, inserindo os endereços no campo "Para", todos os destinatários receberão a mensagem e saberão quem recebeu o e-mail.

CC: envia cópia para os e-mails da lista, ou seja, todos os usuários terão acesso aos outros endereços.

CCo: envia cópia oculta para os e-mails da lista. Os endereços das pessoas em CCo não aparecerão para o destinatário indicado no campo "Para" e "CC".

**P o r t a n t o :**

Alternativa a) está correta, pois Edgar, Ana e Maria são todos destinatários e devem receber a mensagem;  
Alternativa b) está correta, pois Edgar consegue verificar que Ana recebeu a mensagem, pois ela está em CC, e portanto visível por todos os demais destinatários;

Alternativa c) está correta, pois Maria consegue visualizar que Edgar e Ana são destinatários do tipo Para e CC, mesmo Maria estando em CCo (cópia oculta);

Alternativa d) está incorreta. Como Maria está em CCo (Cópia Oculta), Ana não tem como saber se Maria é um destinatário. Portanto é esta alternativa que deve ser assinalada.

Decisão da Banca: **Manter Questão**

**Matéria: C. Gerais Sup.**

**Número da questão: 16**

Inscrição: **216093** Data do Envio: **29/08/22 18:47**

A questão 16 deve ser anulada por ter seu artigo 9º sido revogado pela Lei Municipal nº 514 de 28 de Junho de 2011. A redação do art. 9º dizia que "é vedado qualquer tipo de isenção ou desconto", porém a Lei 514/2011 "Isenta do pagamento de tributos municipais e taxas de água e esgotos às entidades declaradas de Utilidade Pública Municipal e dá outras providências." contrariando todo o texto do art. 9º da Lei 01/88. e para finalizar, o art. 7º da Lei 514 diz: "Art. 7º – Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.".

Portanto como esse artigo teve seu conteúdo revogado, não pode ser cobrado a nenhum título, a não ser que a questão tratasse de conteúdo histórico, o que não se encontra no texto da questão.

Inscrição: **218463** Data do Envio: **31/08/22 20:00**

Prezado examinador, entendo que há equívoco na questão 16, em virtude de ser pedido no edital do concurso a Lei 001/88 a qual não é possível encontrar, tendo em vista que não existe, estando com a numeração equivocada no edital, sendo a lei correta que deveria estar no mesmo a de número 01/88 a qual foi pedida como referência na questão 16 e 19. Em virtude da omissão do número 0 no edital não é possível encontrar a Lei. Ante o exposto peço a anulação da questão.

Abaixo trecho do edital com a numeração de lei equivocada:

Lei Municipal 001/88 (Lei de criação do Samae).

**Resposta aos Recursos**

o fato do art. ter sido alterado em lei posterior não é motivo de anulação da questão. a pergunta se refere ao art. da lei e não da sua aplicabilidade.

Decisão da Banca: **Manter Questão**

**Número da questão: 17**

Inscrição: **216320** Data do Envio: **29/08/22 16:46**

A QUESTÃO DEVERÁ SER ANULADA, POIS O SIGNIFICADO DE ABATIA É CABELO DE MILHO,

Recursos contra o gabarito provisório

Matéria: C. Gerais Sup.

Número da questão: 17

SEGUNDO FONTES OFICIAIS DO GOVERNO COMO IBGE E PORTAL DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DO PR. ABA=CABELO TIA=FRANCO = CABELO DE MILHO  
SEGUE LINKS: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?id=33985&view=detalhes>  
<http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=148>

ALÉM DE OUTROS SITES PARTICULARES:

<https://www.tribunasc.com/distincao/2020/08/31/cabelo-da-espiga-de-milho-abatia/>  
<https://prefeituras.info/pr/abatia/historia-da-cidade>

E TAMBÉM DE SER CONHECIDO POR TODOS ABATIAENSES COMO CABELO DE MILHO, O QUE É BEM DIFERENTE DE GRÃO DE MILHO.  
POR ISSO A QUESTÃO DEVE SER ANULADA, POIS O GABARITO CORRETO DEVERIA SER: NENHUMA DAS ALTERNATIVAS ANTERIORES.

Inscrição: 227015 Data do Envio: 29/08/22 21:34

A resposta da questão 17 está incorreta de acordo com os textos dos sites do IBGE e de outros listados abaixo, a resposta correta é Aba: cabelo tiá: franco, forma com que os indígenas denominavam o CABELO DA ESPIGA DE MILHO E NÃO GRÃO DE MILHO. O que leva o candidato ao erro pois havia a opção (Nenhuma das anteriores) <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/abatia/historico>  
<https://prefeituras.info/pr/abatia/historia-da-cidade>  
<https://www.tribunasc.com/distincao/2020/08/31/cabelo-da-espiga-de-milho-abatia/>  
<http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=148>  
De acordo com o dicionário tupi-guarani A-PINA: Significa GRÃO (e não a palavra TIÁ) - Adjetivo: pelado na ponta ou na cabeça, rapado por cima. No sentido de pelado pode ser a cabeça, o topete, o grão (como o milho), etc. A palavra Grão também pode ser EÇÃ-KORÕIA (Ç-). Substantivo: caroço (de sal, farinha, pimenta) , grão. ABA (Ç-Ç-). Substantivo: cabelo, pêlo, pena, pluma.  
Então como Aba significa CABELO, impossível a tradução ser grão de milho ao invés de Cabelo de Milho.  
Dicionário Tupi-Guarani:  
[chrome-extension://efaidnbmninnbpcjpcglclefindmkaj/https://etnolinguistica.wdfiles.com/local--files/biblio%3Acarvalho-1987-dicionario/Carvalho\\_1987\\_DicTupiAntigo-Port\\_OCR.pdf](chrome-extension://efaidnbmninnbpcjpcglclefindmkaj/https://etnolinguistica.wdfiles.com/local--files/biblio%3Acarvalho-1987-dicionario/Carvalho_1987_DicTupiAntigo-Port_OCR.pdf)

**Resposta aos Recursos**

o recurso procede e a alternativa correta é a D. Alterar a alternativa para a letra D

Decisão da Banca: **Alterar Questão para D**

Número da questão: 19

Inscrição: 216093 Data do Envio: 29/08/22 18:47

A questão 19 deve ser anulada por não estar sendo cobrado conteúdo histórico e sim o prazo que a autarquia pode cortar o serviço de fornecimento de água SEM PRÉVIO AVISO AO CONSUMIDOR. Pois bem, a SAMAE NÃO PODE CORTAR O SERVIÇO SEM UMA COMUNICAÇÃO PRÉVIA. Este artigo é ilegal perante a Lei Federal nº 14.015/2020 que estabelece ser indispensável a comunicação ao consumidor de corte do serviço: "XVI – comunicação prévia ao consumidor de que o serviço será desligado em virtude de inadimplimento, bem como do dia a partir do qual será realizado o desligamento, necessariamente durante horário comercial.

Parágrafo único. A taxa de religação de serviços não será devida se houver descumprimento da exigência de notificação prévia ao consumidor prevista no inciso XVI do caput deste artigo, o que ensejará a aplicação de multa à concessionária, conforme regulamentação."

Cobrar um conteúdo ilegal não pode ser cobrado em prova se não for pelo caráter histórico, o que não está estabelecido no enunciado.

Inscrição: 219047 Data do Envio: 30/08/22 21:35

Bibliografia ou material indisponível na internet para consultar/estudar dificultando o acesso aos participantes.

Inscrição: 227015 Data do Envio: 29/08/22 21:34

Sabe-se que nenhuma lei DE AUTARQUIA OU MUNICIPAL se sobrepõe a lei federal publicada, o que invalida esta questão, pois nenhum serviço de fornecimento de água pode ser cortado SEM AVISO PRÉVIO de acordo com a LEI Nº 14.015, DE 15 DE JUNHO DE 2020

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 16/06/2020 | Edição: 113 | Seção: 1 | Página: 1

**Recursos contra o gabarito provisório**

**Matéria: C. Gerais Sup.**

**Número da questão: 19**

LEI Nº 14.015, DE 15 DE JUNHO DE 2020

Altera as Leis n os 13.460, de 26 de junho de 2017, e 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, para dispor sobre a interrupção e a religação ou o restabelecimento de serviços públicos.

O P R E S I D E N T E D A R E P Ú B L I C A

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei aplica-se aos serviços públicos prestados pelas administrações diretas e indiretas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como aos serviços públicos concedidos ou permitidos por esses entes da Federação.

Art. 2º A Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 5º .....

XVI - comunicação prévia ao consumidor de que o serviço será desligado em virtude de inadimplemento, bem como do dia a partir do qual será realizado o desligamento, necessariamente durante horário comercial.

Parágrafo único. A taxa de religação de serviços não será devida se houver descumprimento da exigência de notificação prévia ao consumidor prevista no inciso XVI do caput deste artigo, o que ensejará a aplicação de multa à concessionária, conforme regulamentação." (NR)

"Art. 6º .....

VII - comunicação prévia da suspensão da prestação de serviço.

Parágrafo único. É vedada a suspensão da prestação de serviço em virtude de inadimplemento por parte do usuário que se inicie na sexta-feira, no sábado ou no domingo, bem como em feriado ou no dia anterior a feriado." (NR)

Art. 3º O art. 6º da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, passa a vigorar acrescido do seguinte § 4º:

"Art. 6º .....

§ 4º A interrupção do serviço na hipótese prevista no inciso II do § 3º deste artigo não poderá iniciar-se na sexta-feira, no sábado ou no domingo, nem em feriado ou no dia anterior a feriado." (NR)

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 15 de junho de 2020; 199º da Independência e 132º da República.

JAIR MESSIAS BOLSONARO

André Luiz de Almeida Mendonça

Paulo Guedes

Bento Albuquerque

Marcos César Pontes

Damara Regina Alves

José Levi Mello do Amaral Júnior

Recursos contra o gabarito provisório

Matéria: C. Gerais Sup.

Número da questão: 19

<https://www.in.gov.br/web/dou/-/lei-n-14.015-de-15-de-junho-de-2020-261697846>

<https://fdr.com.br/2020/06/16/atencao-sancionada-lei-que-obriga-empresa-a-comunicar-data-do-corte-de-agua-e-luz/>

Existe ainda uma outra Lei de cunho Estadual onde é descrito a proibição de corte de água: Publicada no Diário Oficial nº. 10672 de 23 de Abril de 2020 Dispõe sobre diretrizes e medidas de saúde para o enfrentamento e intervenção imediata em situação de emergência em caso de endemias, epidemias e pandemias, inclusive do Coronavírus - Covid-19, no Estado do Paraná, e dá outras providências.

E infelizmente a pandemia ainda não se extinguiu, o que torna a lei AINDA VIGENTE.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ Lei 20.187 - 22 de Abril de 2020 Publicada no Diário Oficial nº. 10672 de 23 de Abril de 2020 Dispõe sobre diretrizes e medidas de saúde para o enfrentamento e intervenção imediata em situação de emergência em caso de endemias, epidemias e pandemias, inclusive do Coronavírus - Covid-19, no Estado do Paraná, e dá outras providências. Assembleia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei: Art. 1º. Obriga os estabelecimentos comerciais e industriais a esterilizar equipamentos, especialmente balcões, máquinas de pagamento, comandas, carrinhos e cestas de compras, visando à prevenção de doenças contagiosas. Art. 2º. Veda a cobrança de taxas adicionais, por parte das operadoras de planos de saúde que operem no Estado do Paraná, em face de pacientes que sejam submetidos aos procedimentos de exame, internamento, isolamento, quarentena e medidas correlatas, relativas ao combate ao Coronavírus - Covid-19. Art. 3º. Proíbe que as concessionárias de serviços de energia elétrica, gás, água e de esgoto realizem o corte do fornecimento de serviços, especificamente enquanto durarem as medidas de isolamento social da pandemia do Coronavírus – Covid-19. § 1º Poderão usufruir da medida prevista no caput deste artigo: I - famílias com renda per capita mensal de até ½ (meio) salário mínimo ou três salários mínimos totais; II - idosos acima de sessenta anos de idade; III - pessoas diagnosticadas com Coronavírus – Covid-19 ou outras doenças graves ou infectocontagiosas; IV - pessoas com deficiência; V - trabalhadores informais; VI - comerciantes enquadrados pela Lei Federal como Micro e Pequenas Empresas ou Microempreendedor Individual. § 2º O Poder Executivo poderá regulamentar o pagamento parcelado das dívidas relativas à prestação dos serviços descritos neste artigo, após o término do período de pandemia. Art. 4º. Poderá ser aplicada multa no valor de até 500 UPF/PR (quinhentas vezes a Unidade Padrão Fiscal do Paraná) ao fornecedor de serviços, estabelecimento comercial ou estabelecimento de saúde que descumprir as medidas previstas nesta Lei. ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ Art. 5º. O Poder Executivo poderá regulamentar a presente Lei no tocante à sua efetiva aplicação e fiscalização. Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. Palácio do Governo, em 22 de abril de 2020. Carlos Massa Ratinho Junior Governador do Estado Guto Silva Chefe da Casa Civil Ademar Luiz Traiano Deputado Estadual Gilson de Souza Deputado Estadual Tercilio Turini Deputado Estadual Marcel Henrique Micheletto Deputado Estadual Nelson Luersen Deputado Estadual Alexandre Curi Deputado Estadual Arilson Chiorato Deputado Estadual Boca Aberta Junior Deputado Estadual Cobra Repórter Deputado Estadual Cristina Silvestri Deputada Estadual Delegado Francischini Deputado Estadual Delegado Recalcatti Deputado Estadual ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ Douglas Fabrício Deputado Estadual Emerson Bacil Deputado Estadual Francisco Bühner Deputado Estadual Goura Deputado Estadual Hussein Bakri Deputado Estadual Luciana Rafagnin Deputada Estadual Luiz Fernando Guerra Deputado Estadual Marcio Pacheco Deputado Estadual Mauro Moraes Deputado Estadual Nelson Justus Deputado Estadual Professor Lemos Deputado Estadual Ricardo Arruda Deputado Estadual Subtenente Everton Deputado Estadual Tiago Amaral Deputado Estadual Luiz Claudio Romanelli Deputado Estadual Requião Filho Deputado Estadual Gilberto Ribeiro Deputado Estadual ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ Alexandre Amaro Deputado Estadual Anibelli Neto Deputado Estadual Artagão Junior Deputado Estadual Cantora Mara Lima Deputada Estadual Coronel Lee Deputado Estadual Delegado Fernando Martins Deputado Estadual Do Carmo Deputado Estadual Dr. Batista Deputado Estadual Evandro Araújo Deputado Estadual Galo Deputado Estadual Homero Marchese Deputado Estadual Luiz Carlos Martins Deputado Estadual Mabel Canto Deputada Estadual Maria Victoria Deputada Estadual Michele Caputo Deputado Estadual Paulo Litro Deputado Estadual Wilmar Reichembach Deputado Estadual ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ Rodrigo Estacho Deputado Estadual Soldado Fruet Deputado Estadual Tadeu Veneri Deputado Estadual Tião Medeiros Deputado Estadual Soldado Adriano José Deputado Estadual Plauto Miró Deputado Estadual Delegado Jacovós Deputado Estadual Jonas Guimarães Deputado Estadual

[chrome-extension://efaidnbmninnbpcajpcgclclefindmkaj/https://portal.assembleia.pr.leg.br/modules/mod\\_legislativo\\_arquivo/mod\\_legislativo\\_arquivo.php?leiCod=52178&tipo=L&tlei=0](chrome-extension://efaidnbmninnbpcajpcgclclefindmkaj/https://portal.assembleia.pr.leg.br/modules/mod_legislativo_arquivo/mod_legislativo_arquivo.php?leiCod=52178&tipo=L&tlei=0)

Inscrição: 218463

Data do Envio: 31/08/22 20:00

Prezado examinador, entendo que há equívoco na questão 19, em virtude de ser pedido no edital do concurso a Lei 001/88 a qual não é possível encontrar, tendo em vista que não existe, estando com a numeração equivocada no edital, sendo a lei correta que deveria estar no mesmo a de número 01/88 a qual foi pedida como referência na questão 16 e 19. Em virtude da omissão do número 0 no edital não é possível encontrar a Lei. Ante o exposto peço a anulação da questão.

Abaixo trecho do edital com a numeração de lei equivocada:

Lei Municipal 001/88 (Lei de criação do Samae).

**Recursos contra o gabarito provisório**

**Matéria: C. Gerais Sup.**

**Número da questão: 19**

**Resposta aos Recursos**

O argumento de que a Lei não está disponível não procede. A referida lei foi indicada no conteúdo, e a pergunta se refere a um artigo da lei o fato dela ter sido ou não alterado, isso estaria em outra lei. Os argumentos não procedem para anular a questão.

Decisão da Banca: **Manter Questão**

**Matéria: Espec. Oficial Administrativo**

**Número da questão: 21**

Inscrição: **218780** Data do Envio: **01/09/22 13:30**

Questão não possui alternativa correta pois RESPOSTA DO GABARITO está incompleta visto que na Constituição Federal de 1988 não faz direito a saúde e segurança é um direito fundamental. Peço a anulação da questão visto que não possui alternativa correta.

**Resposta aos Recursos**

A alternativa correta é a D. As categorias dos direitos fundamentais estão na Constituição de 1988 em seu Título II DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS

Solicitação de anulação indeferida.

Decisão da Banca: **Manter Questão**

**Número da questão: 23**

Inscrição: **228785** Data do Envio: **01/09/22 16:28**

A presente questão não é inédita, já estava disponível na internet e já foi aplicada no concurso da Prefeitura Municipal de Penedo - Alagoas, pela organizadora COPEVE, no ano de 2010, cargo de agente administrativo. <http://www.copeve.ufal.br/index.php?opcao=concurso&idConcurso=2086872> Sendo assim, a questão precisa ser anulada, por não atender aos princípios do concurso público.

**Resposta aos Recursos**

A questão foi formulada a partir do documento Classificação, temporalidade e destinação de documentos de arquivo; relativos às atividades-meio da administração pública, publicado pelo Arquivo Nacional (2001), e o fato de usar o "arquivamento" como assunto da questão apresentada, em nada constitui o não ineditismo.

Fonte: Arquivo Nacional (Brasil). Conselho Nacional de Arquivos. Classificação, temporalidade e destinação de documentos de arquivo; relativos às atividades-meio da administração pública/ Arquivo Nacional. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001.

Decisão da Banca: **Manter Questão**

**Número da questão: 27**

Inscrição: **218780** Data do Envio: **01/09/22 13:33**

A referida questão que foi dado como correta está incompleta pois segundo a lei é bem claro que arquivos produzidos e recebidos por qualquer pessoa pública ou privada no exercício de sua atividade portanto peço a anulação da questão visto que a mesma não possui alternativa correta.

**Recursos contra o gabarito provisório**

**Matéria: Espec. Oficial Administrativo**

**Número da questão: 27**

**Resposta aos Recursos**

O Decreto nº4.043/2002 que, regulamenta a Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados, traz em seu Art. 15. que são arquivos públicos os conjuntos de documentos: I - produzidos e recebidos por órgãos e entidades públicas federais, estaduais, do Distrito Federal e municipais, em decorrência de suas funções administrativas, legislativas e judiciárias; II - produzidos e recebidos por agentes do Poder Público, no exercício de seu cargo ou função ou deles decorrente; III - produzidos e recebidos pelas empresas públicas e pelas sociedades de economia mista; IV - produzidos e recebidos pelas Organizações Sociais, definidas como tal pela Lei no 9.637, de 15 de maio de 1998, e pelo Serviço Social Autônomo Associação das Pioneiras Sociais, instituído pela Lei no 8.246, de 22 de outubro de 1991.

Assim, não se trata de documentos produzidos e recebidos por qualquer pessoa pública ou privada (alternativa C), mas de documentos produzidos por Agentes Públicos, Órgãos e Entidades Públicas, Empresas Públicas, Sociedades de Economia Mista, Organizações Sociais e Serviço Social Autônomo Associação das Pioneiras Sociais

Solicitação de anulação indeferida.

Decisão da Banca: **Manter Questão**

**Número da questão: 36**

Inscrição: **216093** Data do Envio: **29/08/22 18:47**

A questão 36 deve ser anulada por não ter uma resposta que não traz uma característica dos direitos fundamentais. Todas as opções postas são características, inclusive a letra "d", INDIVIDUALIDADE.

José Eliaci Nogueira Diógenes Júnior cita as seguintes características pertinentes aos Direitos Fundamentais: [...] universalidade, indivisibilidade, interdependência, interrelacionaridade, imprescritibilidade, complementaridade, INDIVIDUALIDADE, inviolabilidade, indisponibilidade, inalienabilidade, historicidade, irrenunciabilidade, vedação ao retrocesso, efetividade, limitabilidade, bem como a constitucionalização dos direitos fundamentais. DIÓGENES JÚNIOR, José Eliaci Nogueira. Aspectos gerais das características dos direitos fundamentais. In: Âmbito Jurídico, Rio Grande, XV, n. 100, maio 2012. Disponível em:

[http://www.ambitojuridico.com.br/site/?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=11749](http://www.ambitojuridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=11749)

E ainda, Robert Alexy em sua obra Teoria dos direitos fundamentais leciona que: "A primeira dimensão dos direitos fundamentais traduz-se no princípio da Revolução Francesa da liberdade, e marca o início do constitucionalismo no ocidente. Trata-se de uma reação aos poderes estatais fundamentada na ideologia liberal-burguesa que impulsionou as revoluções inglesa, americana e francesa do século XVIII, dando ensejo ao surgimento dos direitos fundamentais individuais. Tais revoluções preconizavam a limitação do poder do Estado frente ao indivíduo, motivo pelo qual se justifica a INDIVIDUALIDADE característica dos direitos fundamentais de primeira dimensão."

e ainda" Já um conteúdo maximalista pode ser percebido quando se fala de uma "realização completa" dos direitos fundamentais, ou quando se caracteriza o direito à educação como "pretensão a uma emancipação intelectual e cultural voltada à INDIVIDUALIDADE, à autonomia e à plena capacidade político-social"

Logo existem doutrinas que contestam a exclusão da Individualidade das características dos direitos fundamentais feita por esta Banca, sendo a anulação da questão em comento medida necessária para sanar essa falha.

Inscrição: **228785** Data do Envio: **01/09/22 16:29**

O comando da presente questão pede para assinalar a alternativa que não traz uma característica dos direitos fundamentais. A alternativa considerada correta no gabarito é a letra "(D) - individualidade".

Conforme a Constituição Federal de 1988, os direitos fundamentais estão inseridos no "Título II - Dos Direitos E Garantias Fundamentais". Portanto, o disposto na letra "(A) – Complementaridade", não é uma característica dos direitos fundamentais, pois está inserido no Título VIII - Da Ordem Social.

Sendo assim, a questão precisa ser anulada, pois há mais de uma alternativa que não traz uma característica dos direitos fundamentais, conforme o comando da questão.

**Recursos contra o gabarito provisório**

**Matéria: Espec. Oficial Administrativo**

**Número da questão: 36**

**Resposta aos Recursos**

Um dos argumentos apresentados no recurso se baseia em um artigo não científico da internet que apenas cita a Individualidade como uma característica, não apresentando doutrinas que suportem tal indicação. A questão 26, e por conseguinte sua resposta, se baseia em Alexandre de Moraes (2007), José Afonso da Silva (2013), Gilmar Ferreira Mendes e Paulo Gustavo Gonet Branco (2014), Vicente Alexandre e Marcelo Alexandrino (2017) que não citam a individualidade como uma característica dos direitos fundamentais. Quanto a alternativa "a - Complementaridade", esta é apresentada Alexandre de Moraes (2007) e Vicente Alexandre e Marcelo Alexandrino (2017), como uma das características dos direitos fundamentais em seu livro.

Da Silva, José Afonso. Curso de direito constitucional positivo. 37ª ed. rev e atual. Malherios Editores, 2013.

Mendes, Gilmar Ferreira; Branco, Paulo Gustavo Gonet. Curso de direito constitucional .9. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2014.

MORAES, Alexandre de. Direitos Humanos Fundamentais. 8ª ed. São Paulo, Atlas S.A, 2007.

Paulo, Vicente; Alexandrino, Marcelo. Direito Constitucional descomplicado. 16. ed. rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2017.

Decisão da Banca: **Manter Questão**